

Controle de docum x Audiências x Upload x PJ Consultar processo x PJ 0801022-23.2019.8.18.0162 x Juntar PDF - Comb x Autores x +

tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaProcesso/Detailhe/listAutosDigitais.seam?idProcesso=408629&ca=2e6e525c42042ac14061a3401aa905479c4809b9...

Apps Processo Virtual Na... sAdministrativos Portal do Advogado Google Nova guia Meu INSS [bb.com.br] Zimbra: Movimenta... PJE 1º Publicações

PJE PJEC 0801022-23.2019.8.18.0162
ALDO BEZERRA GOMES X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO D...

10414284 - Petição (2701578 RECURSO INOMINADO 01)
Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO - POLO PASSIVO - ADVOGADO em 23/06/2020 13:42:35

23 Jun 2020

JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO
10414277 - Petição (PROTOCOLO DE RECURSO INOMINADO COM GUIA DE CUSTAS)
10414284 - Petição (2701578 RECURSO INOMINADO 01)
10414285 - CUSTAS (2701578 RECURSO INOMINADO Anexo 02)
13:42

10 Jun 2020

EXPEDIÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS.
13:53

downloadBinario.seam 1 / 8

2701578- CS/ 2020-00929/ INVALIDEZ

JOÃO BARBOSA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n. 0801022320198180162

prot.pdf pet.pdf prot.pdf pet.pdf prot.pdf pet.pdf

Exibir todos x

PT 13:42 23/06/2020



Número: **0801022-23.2019.8.18.0162**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **JECC Teresina Leste 1 Anexo I NOVAFAPI**

Última distribuição : **18/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 3.217,82**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|---------|
| ALDO BEZERRA GOMES (AUTOR) | | DANILO FRANCISCO MOTA PEREIRA (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 10414 277 | 23/06/2020 13:42 | PROTOCOLO DE RECURSO INOMINADO COM GUIA DE CUSTAS | Petição |
| 10414 284 | 23/06/2020 13:42 | 2701578_RECURSO_INOMINADO_01 | Petição |
| 10414 285 | 23/06/2020 13:42 | 2701578_RECURSO_INOMINADO_Anexo_02 | CUSTAS |

PROTOCOLO DE RECURSO INOMINADO COM GUIAS DE CUSTAS





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo n. 08010222320198180162

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALDO BEZERRA GOMES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO INOMINADO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à TURMA RECURSAL.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 16 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO ORIGINÁRIO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE TERESINA / PI

Processo n.º 08010222320198180162

RECORRENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

RECORRIDA: ALDO BEZERRA GOMES

RAZÕES DO RECURSO

COLEND A CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora RECORRIDA, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Não se verifica no caso em tela a cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que a parte RECORRIDA proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório. VEJAMOS:

| | | | | | |
|-----------|----|----------------|--|-----------|-----------|
| Exercício | UF | Final da Placa | Categoria(Saiba mais (/pages/Saiba-quanto-pagar.aspx)) | Pagamento | Consultar |
| 2018 | PI | 1 | 9 | À vista | |

Categoria: 9

| Final da Placa | Vencimento | | | |
|----------------|-------------------|---------------|------------|---------------|
| | IPVA (COTA ÚNICA) | Com Desconto? | DPVAT | Licenciamento |
| 1 | 31/01/2018 | SIM | 31/01/2018 | 31/01/2018 |

PI: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2018

Sua busca por placa: PIP1731 UF: PI CATEGORIA: 09*

| | Exercício | Valor Pago | Situação | Declaração de Pagamento |
|---|-----------|------------|----------|---|
| + | 2020 | R\$12,30 | Quitado |  |
| + | 2019 | R\$84,58 | Quitado |  |
| - | 2018 | R\$185,50 | Quitado |  |

| Data Pagamento | Valor Pago |
|----------------|------------|
| 02/04/2018 | R\$185,50 |

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Resta comprovado nos autos que o veículo causador do acidente é de propriedade da própria vítima reclamante da indenização.

É cristalino que a parte Apelada não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 273/2012¹.

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.

Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes.

Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

| RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP | SÚMULA 257, STJ |
|--|---|
| Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente. | Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente. |

¹ Art. 12º. O Seguro DPVAT garante cobertura por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. § 7º fica dispensado o pagamento da indenização ao proprietário inadimplente.



Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art. 7º, §1º da Lei 6.194/74², garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios.

Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil³.

Pelo exposto, merece reforma a r. decisão atacada, vez que não deve ser imputada à Apelante qualquer indenização pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação de indenizar.

FALTA DE COMPROVANTES DE DESPESAS MÉDICAS VÁLIDAS PARA COMPROVAR GASTOS

Verifica-se com clareza, pela análise dos autos que a Recorrida não comprova de forma válida as supostas despesas desembolsadas, uma vez que acostou aos autos apenas recibos apresentados como despesas médicas os quais por sua vez não são aptos a comprovar o efetivo desembolso, segundo a seguradora.

Diante disso a Recorrente não pode ser condenada sem qualquer parâmetro ou comprovação do prejuízo suportado pela autora.

Ademais verificamos que uma das notas não condiz com a prescrição medica, vejamos:

- Prescrição medica:

NOME : _____

ENDEREÇO : _____

USO INT

1. Cefalexina 500mg _____ 28 comp

Tomar 01 comp VO 6/6hs por 7 dias

2. Nimesulida 100mg _____ 1cx

Tomar 01 comp VO 12/12hs

² Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. § 1º O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, leasing ou qualquer outro.

³ Art. 368. Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem.



- Nota Fiscal:

| COD PROD | DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS | NCM / EN | QTD | CFOP | UNID | QUANT | VALOR UNIT | VALOR TOTAL | DESC | ICMS | ICMS | V. IPI | ICMS | ICMS |
|--------------|--|----------|------|------|------|-------|------------|-------------|------|------|------|--------|------|------|
| 789839107846 | MULETA | 04031000 | 0500 | 5405 | LN | 1 | 51,29 | 51,29 | 0,56 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 789841212346 | LEXIN SÓLIDO 100PR | 30049799 | 0500 | 5405 | LN | 3 | 14,00 | 42,00 | 0,46 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 789491614098 | GEN NINELULIDA 100MG CM 20PRS (LEGAND IND. FARM) | 30043019 | 0500 | 5405 | LN | 12 | 0,35 | 4,20 | 0,05 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 789180036478 | ESPALMADO IMPERMEÁVEL 1,20M4 5M | 30051030 | 0500 | 5102 | LN | 2 | 3,45 | 6,90 | 0,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 789180019785 | COMPRESSAS DE GAZO CREMER | 30060220 | 0500 | 5102 | BL | 7 | 1,19 | 8,33 | 0,09 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 789180000672 | ATAO CREMER 1 CT3RE | 30060230 | 0500 | 5102 | BL | 6 | 2,85 | 17,10 | 0,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 789890021218 | SORO FISIOLÓGICO 0,9% CL TAMP (FARMAL) | 33078000 | 0500 | 5405 | LN | 1 | 4,99 | 4,99 | 0,08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

ORA ILUSTRES JULGADORES VERIFICA SE QUE SOMENTE O ITEM 3 DA NOTA FISCAL CONDIZ COM A PRESCRIÇÃO MÉDICA E QUE TODOS OS OUTROS ITENS NÃO COMPROVAM O NEXO DE CAUSALIDADE.

Sendo assim, de acordo com a legislação aplicável a matéria em debate, as despesas de assistência médica e suplementares devem estar suficientemente comprovadas, sendo este ônus exclusivo do Autor que deveria no presente caso ter apresentado o demonstrativo das despesas juntamente com as notas fiscais devidamente acompanhadas dos receituários médicos.

Logo, verifica-se que a parte Autora faça jus ao recebimento de ressarcimento de despesas médicas é necessário que comprove a necessidade do tratamento realizado as despesas decorrentes e o NEXO CAUSAL entre o acidente de trânsito e os valores cobrados, repita-se o que não se verifica no presente caso.

A ausência nos autos prescrição médica, com datas e quitação, a prescrição indicando o procedimento a ser realizado pelo ora Recorrido, o que por si só, é motivo para que a presente demanda seja julgada totalmente improcedente.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao reembolso por despesas médico-hospitalares suportadas pelo seguro DPVAT, a apresentação de determinados documentos.

Com efeito, o parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74, estabelece in verbis:

“Art. 5º. (...)

§1º (...)

b) PROVAS DAS DESPESAS EFETUADAS pela vítima com seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente E REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE – NO CASO DE DANOS PESSOAIS.” (g.n.).

Cabe ressaltar que as seguradoras efetuam o ressarcimento após análise metódica da documentação apresentada, sendo certo que não há pagamento a ser efetuado a título de DAMS.

Esta PROVA INCUMBE À PARTE AUTORA, não só em função do que acima está expresso, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Motivo pelo qual a recorrente requer que, na ausência da documentação válida a sustentar uma condenação da Recorrente, seja reformada a r. sentença guerreada.



CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Restando incontestada a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, ante a ausência de pagamento do prêmio do Seguro DPVAT, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

TERESINA, 16 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito na **1841 - OAB/PI** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ALDO BEZERRA GOMES**, em curso perante a **ÚNICO JEC** da comarca de **TERESINA**, nos autos do Processo nº 08010222320198180162.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/06/2020 13:42:35
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062313423495100000009887179>
Número do documento: 20062313423495100000009887179



Montagem do Boleto de Serviços/Taxas Judiciais

Informações Gerais (RECURSO INOMINADO - JECC)

Comarca: TERESINA
Serventia: JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA LESTE 1 - ANEXO I (NOVAFAP)
Requerente: ALDO B GOMES X LIDER PROC 08010222320198180162
CNPJ: 09.248.608/0001-04
Emissão: 17/06/2020
Vencimento: 17/07/2020

Valor da Ação: R\$ 3.217,82
Tramita em: Juizado Especial
Litisconsórcio acima de 10: Não

Observações

Boleto emitido por **Usuário da Justiça** ⓘ

Demonstrativo de Valores dos Serviços

| cód. | Descrição do Serviço | qtd. | uni. (R\$) | Selos | Valor (R\$) |
|--------------|---|------|------------|-------|---------------|
| 03.05 | Causas do Juizado Especial Cível | 1 | 289,56 | 0 | 289,56 |
| 25.05 | Recurso Inominado - Turma Recursal | 1 | 434,40 | 0 | 434,40 |
| 123 | Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00) | 1 | 32,18 | 0 | 32,18 |
| TOTAL | | | | | 756,14 |

(Digite o número correto do processo para vinculação)

Número do processo: 08010222320198180162

☐ Declaro a inexistência de processo de origem

Cancelar

Gerar Boleto

Tabelas de Serviços por Categorias

Serviços Judiciais (referentes ao processo)

Selecione um serviço...



Serviços, Taxas e Complementações Diversas

Selecione um serviço...



Buscar Serviço

Código

Nome/Descrição



Digite parte do texto que descreve o serviço desejado...

Selecione um serviço...





Poder Judiciário do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Piauí

Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA LESTE 1 - ANEXO I (NOVAFAPI)

Guia de Recolhimento da Justiça (por usuário da justiça)

Número do Processo: **08010222320198180162**

Juizado
Especial
RECURSO
INOMINADO
- JECC

| cód. | Descrição do Serviço | qtd. | Selos | Valor (R\$) | |
|--|---|--|--------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| 03.05 | Causas do Juizado Especial Cível | 1 | 0 | 289,56 | |
| 25.05 | Recurso Inominado - Turma Recursal | 1 | 0 | 434,40 | |
| 123 | Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00) | 1 | 0 | 32,18 | |
| TOTAL | | | | 756,14 | |
| Cedente FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ | | Agência / Cód. do Cedente 3791 / 9665-2 | Espécie R\$ | Quantidade 1 | Nosso número 30881250001354787-9 |
| Número do documento 548 187 1352537 | Contrato | CPF/CNPJ 10.540.909/0001-96 | Vencimento 17/07/2020 | Valor documento 756,14 | |
| (-) Desconto / Abatimento | (-) Outras deduções | (+) Mora / Multa | (+) Outros acréscimos | (=) Valor cobrado 756,14 | |
| Sacado ALDO B GOMES X LIDER PROC 08010222320198180162 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 | | | | | |

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

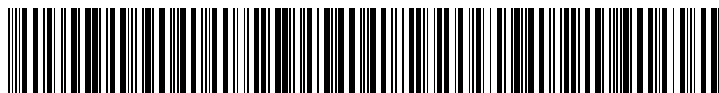


001-0

00190.00009 03088.125004 01354.787176 6 83190000075614

| | | | | | |
|--|----------------------------------|---|-----------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| Local de pagamento Pagável em qualquer banco até o vencimento. | | Vencimento 17/07/2020 | | | |
| Cedente FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96) | | Agência/Código cedente 3791 / 9665-2 | | | |
| Data do documento 17/06/2020 | No. documento 548 187 1352537 | Espécie doc. DM | Aceite N | Data process. 17/06/2020 | Nosso número 30881250001354787-9 |
| Uso do banco | Carteira 17 | Espécie R\$ | Quantidade 1 | x Valor 756,14 | (=) Valor documento 756,14 |
| Texto de Responsabilidade do Cedente (APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.) TERESINA / JUIZADO ESPECIAL DE TERESINA - ZONA LESTE 1 - ANEXO I (NOVAFAPI) Emitida por Usuário da Justiça Número do Processo: 08010222320198180162 Valor da Ação: R\$ 3.217,82 , Juizado Especial . 03.05 (R\$ 289,56) , 25.05 (R\$ 434,40) , 123 (R\$ 32,18) | | | | | (-) Desconto / Abatimento |
| | | | | | (-) Outras deduções |
| | | | | | (+) Mora / Multa |
| | | | | | (+) Outros Acréscimos |
| | | | | | (=) Valor cobrado 756,14 |
| Sacado ALDO B GOMES X LIDER PROC 08010222320198180162 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 | | | | | |

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



| | | | |
|---|------------------------|---------------------|-------------------------|
| Nº DA PARCELA | DATA DO DEPÓSITO | AGÊNCIA (PREF / DV) | Nº DA CONTA JUDICIAL |
| | 19/06/2020 | 0 | 0 |
| DATA DA GUIA | Nº DO PROCESSO | | TIPO DE JUSTIÇA |
| 19/06/2020 | 08010222320198180162 | | ESTADUAL |
| UF/COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| PI | Juizado Especial Cível | RÉU | 756,14 |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | Jurídica | 09248608000104 |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ |
| ALDO BEZERRA GOMES | | FÍSICA | 59007966391 |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | |
| 7D4180DBD9652991 | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | |
| 00190.00009 03088.125004 01354.787176 6 831900000075614 | | | |

